



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**

**LEI N. 2.951, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.**  
(DOM 13.09.2022 – N. 5424, ANO XXIII)

**DISPÕE** sobre a proibição da comercialização de tampas de poços de visitas, hidrômetros e fios de cobre no âmbito do município de Manaus e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Fica proibida a aquisição, estocagem, comercialização, transporte, reciclagem, processamento e o benefício, no âmbito do município de Manaus, de materiais sem comprovação de origem, oriundos de cemitérios, empresas públicas, concessionária ou prestadora de serviços públicos, bem como aqueles utilizados em instalações residenciais, comerciais e industriais, a saber:

**I** – placas, adereços, esculturas, portas de túmulos feitos de cobre, bronze ou quaisquer outros materiais, oriundos de cemitérios;

**II** – tampas de bueiros, tampas de poços de visitas, fios de cobre de cabos de telefonia e energia elétrica, hastes de cobre e alumínio, hidrômetros, abrigos protetores de hidrômetros, grades de ferro para proteção de bocas de lobo, baterias estacionárias de rede de telefonia e assemelhados, oriundos de qualquer empresa pública, concessionária ou prestadora de serviços públicos;

**III** – cabos de rede elétrica, telefonia, TV a cabo e internet utilizados em instalações residenciais, comerciais e industriais;

**IV** – (VETADO).

**Art. 2.º** A proibição a que alude o art. 1.º desta Lei incide exclusivamente sobre o material sem origem comprovada, não alcançando aquele objeto de comercialização regular, na forma da legislação própria.

**§ 1.º** O responsável que adquirir, estocar, comercializar, transportar, reciclar ou utilizar, como matéria-prima para o processamento, o benefício, os materiais descritos no art. 1.º da presente Lei deverá manter cadastro dos fornecedores desses materiais bem como recibo da compra destes.

**§ 2.º** Ao se tratar de material oriundo de doação ou inutilização, o responsável deverá manter documento de declaração feita pelo doador do material contendo seus dados, de modo que permitam sua identificação, bem como local de retirada do material.

**Art. 3.º** (VETADO).



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**

§ 1.º (VETADO).

§ 2.º (VETADO)..

**Art. 4.º** Cabe ao Poder Executivo Municipal regulamentar a presente Lei após sua publicação.

**Art. 5.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 13 de setembro de 2022.

**DAVID ANTÔNIO ABISAI PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus

Este texto não substitui o publicado no DOM de 13.09.2022 – Edição n. 5424, Ano XXIII.

**MENSAGEM Nº 83/2022**

**Senhor Presidente,**  
**Senhores Vereadores,**

Consoante o prazo e a forma estabelecidos pelo § 2º do artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Manaus, comunico a Vossa Excelência que resolvi apor **VETO PARCIAL** ao Projeto de Lei n. 038/2021, de autoria do Vereador Samuel da Costa Monteiro, que “**DISPÕE sobre a proibição da comercialização de tampas de poços de visitas, hidrômetros e fios de cobre no âmbito do município de Manaus, e dá outras providências**”, aprovado por essa Câmara Legislativa.

Ouvida, a Procuradoria Municipal do Município – PGM manifestou-se pelo veto parcial ao Projeto de Lei pelas seguintes razões:

“Neste esboço, observa-se que o projeto de lei ora em apreço nada se teria a objetar, uma vez que: I) trata-se de Projeto de Lei municipal a regular assunto de interesse local, em consonância com o art. 30 da Constituição Federal de 1988; II) trata-se de matéria não restrita ao Chefe do Executivo, não padecendo de vício de iniciativa, o que se constata da exegese do art. 61, da CF/88 e do art. 58 da LOMAN; e III) contém assunto não reservado à Lei Complementar.

Entretanto, sugerimos **veto ao art. 1º, inciso IV**, haja vista que o termo “cobre, alumínio e assemelhados” apresenta extensão notadamente genérica e poderia impelir prejuízos a outras classes de trabalhadores, tais como “catadores de latas de alumínio”, “recicladores” de bens móveis privados como geladeiras, ar condicionados, painéis e etc., posto que não há qualquer ressalva na lei a estas classes trabalhadoras. Trata-se, assim, de manutenção de tipificação fechada, de forma a descrever por completo as condutas que serão objeto de sanção na forma da Lei, trazendo segurança jurídica à sociedade que cumprirá o novel legislativo.

Noutra banda, por inexistir no sistema legislativo brasileiro qualquer “Código Civil Penal”, sugerimos, também, **veto ao art. 3º** do analisado PL”.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**

Ante o exposto, decido pelo **VETO PARCIAL** ao Projeto de Lei supramencionado, especificamente, aos artigos 1.º, inciso IV e 3.º, face às justificativas expostas, nos termos do art. 65, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Manaus – LOMAN.

Atenciosamente,

Manaus, 13 de setembro de 2022.

**DAVID ANTÔNIO ABISAI PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE Manaus

Manaus, terça-feira, 13 de setembro de 2022.

Ano XXIII, Edição 5424 - R\$ 1,00

## Poder Executivo

### LEI Nº 2.950, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

**INSTITUI**, no âmbito do município de Manaus, o Dia Municipal de Conscientização e Proteção ao Ciclista e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Fica instituído, no âmbito do município de Manaus, o Dia Municipal de Conscientização e Proteção ao Ciclista, que deverá ser comemorado, anualmente, todo dia 19 de agosto, em alusão ao Dia Nacional do Ciclista.

**Parágrafo único.** O Dia Municipal de Conscientização e Proteção ao Ciclista passa a integrar o Calendário Oficial da Cidade de Manaus.

**Art. 2.º** O Dia Municipal de Conscientização e Proteção ao Ciclista tem por objetivos:

**I** – promover debates, reflexões e eventos sobre a mobilidade sustentável e segurança de ciclistas no trânsito, motivando soluções inovadoras de gestão pública;

**II** – incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte;

**III** – estimular o uso da bicicleta como atividade desportiva, de lazer e recreativa;

**IV** – sensibilizar a sociedade, empreendedores privados e os gestores públicos sobre os benefícios socioeconômicos da prática do ciclismo, sobre a segurança no trânsito e direitos dos ciclistas;

**V** – contribuir para a mobilização em prol da ampliação da malha cicloviária no Município e da afirmação da bicicleta como modal integrado ao sistema de transporte urbano;

**VI** – sensibilizar a sociedade, empreendedores privados e os gestores públicos sobre a prática do ciclismo como contribuição relevante à saúde pública e à sustentabilidade socioambiental;

**VII** – apoiar iniciativas da sociedade na área e os movimentos de cicloativismo.

**Art. 3.º** O Poder Executivo poderá promover, no Dia Municipal de Conscientização e Proteção ao Ciclista, a realização de palestras educativas, simpósios, seminários, fóruns, oficinas, feiras, divulgação na mídia, boletins informativos e quaisquer outras atividades capazes de conscientizar e proteger os ciclistas no âmbito do município de Manaus.

**Parágrafo único.** Os veículos oficiais de comunicação do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal também realizarão as divulgações sobre o tema durante a semana de comemorações.

**Art. 4.º** O Poder Executivo, por meio do órgão definido na forma regimental, incluirá, em seu Calendário Oficial, as comemorações alusivas à data e promoverá todas as ações de implementação dos objetivos previstos no art. 2.º desta Lei.

**Art. 5.º** As despesas oriundas da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6.º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

**Art. 7.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 13 de setembro de 2022.

**DAVID ANTÔNIO ARAÚJO PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus

### LEI Nº 2.951, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

**DISPÕE** sobre a proibição da comercialização de tampas de poços de visitas, hidrômetros e fios de cobre no âmbito do município de Manaus e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Fica proibida a aquisição, estocagem, comercialização, transporte, reciclagem, processamento e o benefício, no âmbito do município de Manaus, de materiais sem comprovação de origem, oriundos de cemitérios, empresas públicas, concessionária ou prestadora de serviços públicos, bem como aqueles utilizados em instalações residenciais, comerciais e industriais, a saber:

**I** – placas, adereços, esculturas, portas de túmulos feitos de cobre, bronze ou quaisquer outros materiais, oriundos de cemitérios;

**II** – tampas de bueiros, tampas de poços de visitas, fios de cobre de cabos de telefonia e energia elétrica, hastes de cobre e alumínio, hidrômetros, abrigos protetores de hidrômetros, grades de ferro para proteção de bocas de lobo, baterias estacionárias de rede de telefonia e assemelhados, oriundos de qualquer empresa pública, concessionária ou prestadora de serviços públicos;

**III** – cabos de rede elétrica, telefonia, TV a cabo e internet utilizados em instalações residenciais, comerciais e industriais;

**IV** – (VETADO).

**Art. 2.º** A proibição a que alude o art. 1.º desta Lei incide exclusivamente sobre o material sem origem comprovada, não alcançando aquele objeto de comercialização regular, na forma da legislação própria.

**§ 1.º** O responsável que adquirir, estocar, comercializar, transportar, reciclar ou utilizar, como matéria-prima para o processamento, o benefício, os materiais descritos no art. 1.º da presente Lei deverá manter cadastro dos fornecedores desses materiais bem como recibo da compra destes.

**§ 2.º** Ao se tratar de material oriundo de doação ou inutilização, o responsável deverá manter documento de declaração feita pelo doador do material contendo seus dados, de modo que permitam sua identificação, bem como local de retirada do material.

**Art. 3.º** (VETADO).

**§ 1.º** (VETADO).

**§ 2.º** (VETADO)..

**Art. 4.º** Cabe ao Poder Executivo Municipal regulamentar a presente Lei após sua publicação.

**Art. 5.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 13 de setembro de 2022.

**DAVID ANTÔNIO ABREU PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus

#### MENSAGEM Nº 83/2022

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Consoante o prazo e a forma estabelecidos pelo § 2º do artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Manaus, comunico a Vossa Excelência que resolvi apor **VETO PARCIAL** ao Projeto de Lei n. 038/2021, de autoria do Vereador Samuel da Costa Monteiro, que **"DISPÕE sobre a proibição da comercialização de tampas de poços de visitas, hidrômetros e fios de cobre no âmbito do município de Manaus, e dá outras providências"**, aprovado por essa Câmara Legislativa.

Ouvida, a Procuradoria Municipal do Município - PGM manifestou-se pelo veto parcial ao Projeto de Lei pelas seguintes razões:

"Neste esboço, observa-se que o projeto de lei ora em apreço nada se teria a objetar, uma vez que: I) trata-se de Projeto de Lei municipal a regular assunto de interesse local, em consonância com o art. 30 da Constituição Federal de 1988; II) trata-se de matéria não restrita ao Chefe do Executivo, não padecendo de vício de iniciativa, o que se constata da exegese do art. 61, da CF/88 e do art. 58 da LOMAN; e III) contém assunto não reservado à Lei Complementar.

Entretanto, sugerimos **veto** ao **art. 1º, inciso IV**, haja vista que o termo "cobre, alumínio e assemelhados" apresenta extensão notadamente genérica e poderia impelir prejuízos a outras classes de trabalhadores, tais como "catadores de latas de alumínio", "recicladores" de bens móveis privados como geladeiras, ar condicionados, panelas e etc., posto que não há qualquer ressalva na lei a estas classes trabalhadoras. Trata-se, assim, de manutenção de tipificação fechada, de forma a descrever por completo as condutas que serão objeto de sanção na forma da Lei, trazendo segurança jurídica à sociedade que cumprirá o novel legislativo.

Noutra banda, por inexistir no sistema legislativo brasileiro qualquer "Código Civil Penal", sugerimos, também, **veto** ao **art. 3º** do analisado PL".

Ante o exposto, decido pelo **VETO PARCIAL** ao Projeto de Lei supramencionado, especificamente, aos artigos 1.º, inciso IV e 3.º,

face às justificativas expostas, nos termos do art. 65, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Manaus – LOMAN.

Atenciosamente,

Manaus, 13 de setembro de 2022.

**DAVID ANTÔNIO ABREU PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus

#### DECRETO DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso da competência que lhe confere o art. 80, inc. XI, da Lei Orgânica do Município de Manaus, **resolve**

**CONSIDERAR NOMEADA**, a contar de 01-09-2022, nos termos do art. 11, inc. II, da Lei nº 1.118, de 01-09-1971 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus, a senhora **ELAINE TAISSA BRANQUINHO KAKIMOTO** para exercer o cargo de Assessor Técnico III, simbologia DAS-1, integrante da estrutura organizacional da **CASA CIVIL**, objeto da Lei nº 2.389, de 04-01-2019.

Manaus, 13 de setembro de 2022.

**DAVID ANTÔNIO ABREU PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus

#### DECRETO DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. I, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**CONSIDERANDO** o disposto no Memorando nº 88/2021 – DP da Divisão de Pessoa/Gerência de Direitos e Deveres da SEMAD;

**CONSIDERANDO** o disposto no Parecer nº 009/2021 da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos do Município – COPACM;

**CONSIDERANDO** o Parecer Conclusivo nº 004/2021 da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos do Município – COPACM, que manifesta pela impossibilidade de acumulação do cargo público;

**CONSIDERANDO** o disposto no Relatório Circunstanciado nº 003/2021 da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos do Município – COPACM;

**CONSIDERANDO** o disposto no Despacho nº 019/2022 – da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos do Município – COPACM;

**CONSIDERANDO** o disposto no Despacho datado em 05-04-2022, acolhido pelo Chefe de Divisão de Pessoal da SEMED;

**CONSIDERANDO** a manifestação da Divisão de Acompanhamento Pessoal e Gestão de Benefícios da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão – SEMAD;

**CONSIDERANDO** o teor do Ofício nº 3.431/2022 – SEMAD e o que consta nos autos do Processo nº 2021.18000.19119.0.005721 (Volume 1) SIGED, **resolve**